

O DISTRICTO DE AVEIRO



PUBLICA-SE A'S TERÇAS E SEXTAS FEIRAS.

Preços: (com estampilha)

Anno, 35540 réis — Semestre, 15770 réis — Trimestre, 935 réis.

Subscribe-se e vende-se unicamente no escriptorio da administração, rua Direita n.º 24. — Publicações de interesse particular, são pagas — Folha avulsa, 40 réis — Anuncios, 20 réis por linha — Correspondencia não franqueada, não sera' recebida — Artigos mandados a' redacção, sejam ou não publicados, não serão restituídos.

Preços: (sem estampilha)

Anno, 35000 réis — Semestre, 15500 réis — Trimestre, 800 réis.

NUMERO 5

TERÇA FEIRA 16 DE JULHO DE 1861

PRIMEIRO ANNO

AVEIRO

IBERISMO.

...manquam volumus nostrum
Regnum ire for de Portugalesi-
bus...

CORTES DE LAMEGO.

Vamos occupar-nos tambem dessa importantissima questão do dia, — a questão Iberica — E' uma questão vital para a nossa autonomia; por isso a discutimos neste jornal, que pelo alcance do seu programma é arena propria para a discussão de tudo o que interessa á familia portugueza.

Custa a crer, que no seculo actual chegasse a fermentar na nação vizinha uma ideia seria da absorção da nossa nacionalidade por meio da conquista: admira que uma nação illustrada concebesse o pensamento de engrandecer-se por meio de um semelhante ultraje da justiça humana. Entretanto o facto dá-se, — queremos dizer, — a ideia existe: e tanto basta para dispor todo o verdadeiro portuguez, a combatel-a com a energia, que o brio nacional lhe proporciona.

Esta aspiração da Hespanha, ou antes esta aberração de prepotencia material, seria um facto de ordem regular no principio da monarchia, e ainda em toda essa longa epocha do *direito da força*, que terminou, ou pelo menos se alterou, com a paz de Westphalia de 1648, que criou uma nova fase no direito publico europeu. Hoje é um anachronismo repugnante, e que depoeem bem pouco em abono do progresso moral da nação vizinha.

Mas que! Os homens são sempre essencialmente os mesmos, e individual ou collectivamente são sempre possuidos da tyrannica ambição de dominar os outros. «Os homens morrem, e o egoismo fica: disse Victor Hugo, e disse muito bem.

Este gravissimo defeito da nossa organisação moral, mais ou menos acobertado, mais ou menos modificado pelas circumstancias, tem sido sempre a causa d'essas luctas fratricidas, dessas carnificinas repugnantes, em que se tem debatido a misera humanidade desde todo o seu principio. Não temos aqui a distinguir tempos, nem raças. O homem do velho, como do novo mundo, — o europeu illustrado, ou o selvagem da Nova Hollanda confundem-se nessa tendencia desgraçada, nessa especie de communhão de sangue.

Nesta parte e mesmo em geral pelo lado moral da humanidade (diga-se a verdade embora amarga) a civilização pouco tem feito, o homem quasi que não tem dado um passo na carreira do seu aperfeiçoamento. Os progressos actuaes tanto apregoados lemitam-se quasi exclusivamente ao circulo dos gozos materiaes.

Ha sim os congressos diplomaticos, em que se discutem e julgam os destinos das nações, — e esta a faze pacifica, que tem tomado ultimamente o direito publico europeu. Mas ali mesmo predomina o egoismo nacional dos estadistas; — ali mesmo se sanciona, embora sem estrepito bellico, o predomínio das grandes potencias, e a sujeição das pequenas ou mediocres. Os principios da justiça universal raras vezes prezidem áquellas importantissimas discussões.

Disse lord Chatam a proposito da independencia dos Estados Unidos da America, — que ella era justa, mas que elle se lhe oppunha com todas as suas forças como contraria aos interesses da Inglaterra. Tambem disse a respeito da França, — que o dia, em que a Inglaterra fosse justa para com esta nação, era o dia da sua ruina.

Esta doutrina do estadista inglez consubstancia a philosophia diplomatica de todas as nações: — engrandecimento proprio, embora com perjuizo alheio; — conveniencia dos fins, embora ligada com a injustiça dos meios.

Debalde tem querido alguns entes privilegiados contrariar esta odiosissima doutrina, debalde tem querido com seus escriptos, esclarecer a razão publica, destruir o imperio das falsas thorias, a marcha errada da diplomacia. Baldado empenho! O jury supremo das nações imaginado por S. Pierre teve a mesma realidade, que a tentativa da paz universal de Victor Hugo, — ou o imperio supremo da razão de Girardin. Nobres aspirações, e nada mais.

Mas que é isto? . . . Quasi que nos iamos de foz em fora atrás das nossas considerações geraes. Recolhamos as idéas. Fallemos dos hespanhoes.

Que pretendem elles de Portugal? . . . conquistal-o, assoberbal-o com o seu exercito? . . . Triste lembrança! . . . Uma nação livre, embora pequena, não se conquista como uma nesga d'a-real d'África. Os portuguezes não são barbaros.

São um povo nobre e civilizado, que ama deveras a sua liberdade e independencia.

Out'ora trezentos espartanos embarçaram nas thermopylas a marcha audaciosa das hordas aziaticas de Dario. O genio da liberdade fez d'aquelle punhado d'homens outros tantos heroes. Pois bem. Em Portugal hão de os castelhanos encontrar os thermopylos em cada estrada, e em cada rua, em cada monte, e em cada valle. — Uma nação livre, que pugna pela sua nacionalidade, é sempre uma nação d'heroes. Temos exemplos de casa, e não vão longe. Quem não sabe os heroicos feitos dos portuguezes na guerra da independencia de 1640? . . . Quem não se espanta do nobre arrojo de meia duzia de bravos, que sem dinheiro e sem exercito ouzaram arrostar o poderio de uma nação, que ainda então era um dos colossos, que dominavam a Europa? . . .

Que titulos invoca a Hespanha para a annexação? Ha porventura entre esta nação e Portugal identidade de lingua, de costumes, de leis, ou mesmo algum principio commum de sympathia no passado? . . . Nada d'isto. O passado pode mesmo considerarse o mais energico protesto contra a fuzão dos dois povos.

Despertou porventura essa idea annexionista a união ultimamente verificada entre os diferentes potentados d'Italia. Mas os principios, que na Italia justificam a annexação, são precisamente os que em Portugal a repellem. A Italia tem toda ella certa identidade de gloria no passado; tem a mesma lingua, os mesmos costumes, e a mesma paixão artistica. O clima excepcional deste bello paiz até faz fermentar em seus filhos os mesmos impulsos d'imaginacão. E que ha de tudo isto entre Portugal e Hespanha? . . . Em litteratura mesmo pode dizer-se, que o portuguez de hoje está muito mais em relação com a França, Inglaterra, e ainda com a Italia ou Alemanha, do que com a Hespanha, embora esta seja vizinha. Qualquer vos fallará de Dumas, ou Lamartine, de Milton ou Shakspear, de Goethe ou Schiller, e ainda de Tasso ou Petrarca, mas muito poucos comparativamente de Calderon, Lopez de la Vega, ou Zurillo.

Nem nos venham dizer, que a annexação não é feita por conquista; — que é benigna; — que é um abraço fraternal dos dois povos. Nada d'illuzões! . . . É preciso estar em guarda contra esta artificiosa armadilha. A união da Hespanha com Portugal representa a união ou sociedade do lobo e do cordeiro. Quem não prevê os resultados de tão heterogenea combinacão? . . .

Se alguém ha tão pouco previdente, que duvide d'esses funestissimos resultados, lembrar-lhe-hemos o que diz o nosso illustre compatriota Antonio Augusto Teixeira de Vasconcellos, que tem vivido no meio dos hespanhoes.

Ali não se falla, senão em absorver Portugal, seja como for; em arruinar o nosso commercio de Lisboa e Porto, e em reduzir esta pobre nação a uma posição humilhante.

Quereis saber o que seria de Portugal na hypothese da annexação; vede, o que elle foi sob o dominio dos Filippes. Quem vol-o vac dizer é o respeitavel arcebispo de Lisboa, D. Rodrigo da Cunha.

«Filippe 2.º (dizia este honrado portuguez aos fidalgos, que entraram na conjuraçao de 1640) para assegurar sua conquista fez morrer um numero infinito de nobres e mais de dois mil ecclesiasticos; — depois d'esta desgraçada epocha os hespanhoes não tem mudado de politica; — a nobreza é desprezada; — a igreja não tem senão ministros indignos; — o povo é sobrecarregado de tributos; — os campos estão sem lavradores, e as cidades desertas por causa das recrutas, que se prendem, para enviar á Catalunha; — o menor mal que pode acontecer a um portuguez é um longo desterro; — e a ideia funesta de tantas calamidades lhe fará descajar antes a morte, do que ver a ruina total do seu paiz.»

Eis o quadro assustador do estado de Portugal durante o dominio dos Hespanhoes. É a realizacão daquelle celebre pensamento de Felipe 3.º, manifestado ao conde-duque d'O ivares. «Eia conde, que faremos d'estes portuguezes: não acabaremos já de opprimil-os de todo, por toda a parte. . . .»

É natural, que essa serie de calamidades se reproduzisse com pequenas alterações nos nossos dias. Pelo menos teriamos muito provavelmente guarnições e auctoridades hespanholas com todo o seu orgulho hespanhol, e com os vexames, que são a natural consequencia. A lingua mesmo nas peças officiaes seria a hespanhola; e dentro em pouco a nossa bella lingua, — a lingua de Barros e

Vieira, — teria desaparecido do cathalogo das linguas vivas. E quem haverá que não trema diante de uma semelhante perspectiva? . . .

Fazemos justiça aos sentimentos do povo portuguez. Hoje não ha, senão um brado geral d'indignação contra a ideia annexionista. Poderá ainda assim por excepção haver um ou outro portuguez, que mais por conveniencia, que por convicção penda para tão deploravel partido. Ha desgraçadamente homens para tudo: e até parece, que nas sumidades sociaes é aonde se dá mais esse menoscabo da dignidade do homem. Um descendente do grande Gengiz-Kan depois de ter vendido o seu paiz á Russia, tornou-se vassallo e guarda de Catharina 2.ª Entre nós tambem já houve um Miguel de Vasconcellos, um Francisco Soares d'Albergaria, e alguns outros portuguezes degenerados. Mas em compensação tambem tivemos um D. Carlos de Noronha, — um D. Miguel d'Almeida, e mil outros de verdadeira tempera portugueza. O bello sexo mesmo, o bello sexo, — a quem a natureza fadou somente para suaves afeições, — que rasgos d'heroismo e virtudes civicas não mostrou naquella epocha excepcional? . . . «Ide meus filhos, (disse D. Felippa de Vilhena a seus filhos, que armou por suas proprias mãos) ide combater pela patria. Que se minhas forças e sexo m'o permittem, de boa vontade vos seguirei os passos, e iria vencer ou morrer convosco pelo bem do meu paiz.»

Nem nos venhamos tentar com a illusoria perspectiva de engrandecimento futuro; e de melhoramentos proprios d'uma grande nação. A felicidade d'um paiz não se avalia pela sua extensão em leguas quadradas. Não precisamos mais territorio, para ser felizes. Deixem-nos com a nossa pequenez, que não incomodamos ninguém. — A Belgica é uma nação ainda mais pequena, que Portugal. E todavia não é ella tão illustrada, e mais feliz, que a propria França? . . . O caso é que esta com as suas vistas no Rheno não chegou ainda a absorver aquella feliz nação! . . .

Santo Deus, quando chegará o dia da emancipação dos povos? . . . Quando acabará a tutella oppressora das grandes nações sobre as pequenas? . . . O futuro o descobrirá. . . .

A irregularidade com que entre nós é distribuido o imposto, faz com que em geral, o contribuinte o considere, não como um dever que todo o cidadão tem para com o seu paiz, não como uma necessidade inherente á subsistencia das sociedades humanas; porem como uma extorção odiosa, ou como uma violação flagrante do seu direito de propriedade. Esta ideia, evidentemente falsa, não poderia arregar-se no cerebro mais bronco e desprovido dos elementos d'uma clara raciocinacão, senão fosse a injustiça distributiva dos nossos impostos.

Compreheo o contribuinte que o estado não pode sustentar-se sem receber de todos os cidadãos uma subvenção equivalente ás suas necessidades. Alcança mesmo, por menos lucida que seja a sua intelligencia os fins de publica utilidade que o imposto se propoeem, já para o lustre e consolidacão da propriedade nacional, já para a melhor organisação da administração interior, já para a maior amplitude dos gozos, e commodidade dos individuos, e portanto sempre em beneficio d'aquelles que pagam.

O contribuinte da nossa epocha não ignora mesmo que o imposto existio em todos os tempos, e que apenas tem variado na formas, segundo as diferentes phazes da civilização. E debaixo desta consideração não é que se recuza elle a contribuir para as despesas geraes do estado, nem desconhece a obrigação que lhe resulta como cidadão. Sempre que o imposto é assim considerado elle paga-o sem hesitar.

Mas por outro lado considera os innumerables abuzos a que a distribuição do imposto dá lugar; a injustiça e parcialidade que existe n'essa distribuição, e victima muitas vezes d'ella, volta-se irreflectidamente para aquillo que suppõem a cauza do mal, e rebella-se contra o imposto, como nós todos nos rebellamos frequentemente, pelo mesmo instincto irreflectido, contra a instituiçao salutar, da qual os homens abuzam, em nosso prejuizo.

Não está, porem, o mal no imposto, como dizemos. Em serviços pessoases, ou em contribuições pecuniarias, os habitantes de todos os paizes, e de todas as epochas do mundo foram sempre obrigados a concorrer para a sustentação da causa publica. Sem isto não poderia haver sociedade. Mas porque é que uma questao de forma, uma irregularidade d'applicação transtorna tão comple-

tamente as nocões sobre a mesma coisa que todos reputam, nem podem deixar de reputar necessaria, util, e justa?

Não é difficil a resposta. E' porque deante do imposto poucos são os que julgam pagar uma quota proporcional á somma que o estado exige da massa dos cidadãos; poucos os que tem a consciencia da equidade da distribuição, não se suppondo lezados, por uma iniqua applicação da lei. Considera a maioria o imposto uma vexação, por que o suspeita uma injustiça. E tão arreigada anda esta suppozição, que pensamos que hão de fazel-a muitas vezes de si para si os mesmos que são realmente mais favorecidos.

Ha fundamento real para tão prejudicial e subversiva suppozição? Aquia resposta não será talvez egualmente facil. Todavia, nós que principiamos por attribuir á irregularidade da distribuição do imposto as repugnancias que elle provoca, não podemos dizer que não.

Essa irregularidade, na nossa apinião existe seguramente; e posto que pareça a muitos ainda mais difficil assignar-lhe afontadamente as causas, todos sabem, todos tem visto, em volta de si, factos que a demonstram, exemplos que a levam á evidencia.

No districto em que escrevemos, e que nós conhecemos mais de perto, sabemos nós de muitos. Ha concelhos que pagam relativamente o duplo do que deveriam pagar. Ha individuos que não pagam metade do que lhes deveria ser imposto. Ha propriedades que andam subtraídas a toda a contribuiçao. Ha contribuintes que se acobertam com a sua influencia local para se eximir ao pagamento do que lhe é exigido em nome da igualdade da lei.

Nos districtos que não conhecemos, hade acontecer outro tanto, porque a cauza deveser em todos a mesma. Esta cauza, se, não nos enganamos, é a confusão em que andam os lançamentos. Muita gente que quer ter sobre quem lançar as culpas dos males que soffre, queixa-se dos que são lançadores. Sinceramente entendemos que, em parte, não é assim. Os lançadores são os escriptores de fazenda, e estes, quando mesmo queiram em boa fé trabalhar por uma divisao equitativa de qualquer imposto, difficilmente o poderão conseguir.

Falta-lhe para isso a base segura, a unica base possivel, as matrises. Como quem que sem matrises haja um lançamento regular e proporcional aos bens de cada um? Não sabemos. Nós chegamos mesmo a não comprehender como, sem ellas, se não commettem ainda maior numero de erros, de inexactidões, e de injustiças.

Esta necessidade parece que vai finalmente remediar-se. Vamos ter matrises, diz a lei. Mas virão ellas, pela exactidão das escripturas, pela precisão das confrontações, pelo acerto e equidade das classificações, fornecer aos empregados do fisco bases seguras para um bom e igual lançamento? É o que só mais tarde nos pôde demonstrar a experiencia destruindo o nocivo preconceito que hoje, e ha muito existe, contra o imposto.

Sempre hade haver quem lhe repugne contribuir seja com o que for para o estado, por mais que a consciencia lhe argua a necessidade de satisfazer a essa obrigação commum. Essa repugnancia é attributo de certas organisações defeituosas em que o amor da posse se transforma em avaresa sordida. Não é por ser para o estado, não é por lhe suspeitarem má applicação, não é ainda por o julgarem injusto, que elles consideram uma violencia todo o imposto; é porque os desapossa de uma certa somma, e isso lhe contraria os seus habitos, e as suas paixões.

Mas, afora esses, estamos certos que desde que se estabeleça uma regular e fiel distribuição do imposto por todas as classes, e em todas as povoações, hão de ir desaparecendo gradualmente estas repugnancias que hoje se notam no contribuinte, e que tornam tão difficil uma boa arrecadação de todas as contribuições que se devem ao estado.

Para conseguir este desideratum devem concorrer o governo não só ordenando bons systemas de organisação da fazenda publica, mas principalmente applicando bem o resultado dos impostos, que é o meio mais seguro de persuadir ao contribuinte a necessidade de pagar ao thesouro a quota que elle exige da sua actividade ou da sua fazenda. A. P.

Comprindo a nossa promessa, começamos neste numero a publicação do discurso do sr. José Estevão na sessão da camara electiva do dia 9, precedendo-o da apreciação que d'elle fez a in-

prensa, em que sobressahe o juizo dos seus adversarios, os primeiros a manifestar ao nosso amigo a admiracao do seu grande talento.

Se considerações de bem entendido melindres nos tolhem qualquer apreciação nossa, consintase-nos a vangloria, se vangloria se chama isto, de dar lugar nas nossas columnas ás apreciações alheias, deixando ainda por falta de espaço de copiar muitas outras que temos á vista, e não menos honrosas para o illustre orador.

Para justificar os suffragios que o sr. José Estevão mereceu aos seus conterraneos basta o seu discurso, e é esta a razão para o offerecermos aqui aquelles que devem ensoberbecer-se de o ter por representante no parlamento.

Principiaremos pelo *Jornal do Commercio*:

«Teve depois a palavra o sr. José Estevão. Abstemo-nos de apreciar aqui o seu discurso, porque nada pode descrever os rasgos de eloquencia com que o grande orador durante mais de duas horas teve abalados os animos de toda a assembleia, chegando por momentos a arrancar applausos unanimes e a fazer resvalar em muitas faces as lagrimas da mais espontanea emoção. Seria difficil, senão impossivel, num rapido rezumo fazer comprehender aos leitores toda a profundidade das considerações e a completa sequencia das ideias da oração, que hoje illustrou a nossa tribuna. O orador terminou pedindo aos ministros explicações catheticas sobre os factos que todos estavam prezenciando em opposição aos decretos e portarias do governo sobre as irmãs da caridade, e revelou á assembleia o dia proximo e a hora em que numa igreja das cercanias de Lisboa havia de professar solemnemente uma nova irmã da caridade, em menoscabo, desprezo e escarneio das determinações do governo, que elle não tinha coragem, ou vontade ou força do fazer executar.»

E em outro artigo do mesmo jornal, lê-se mais o seguinte.

«Não é possivel aqui descrever e relatar tudo o que o sr. José Estevão disse. Foi um orador liberal, eloquente e nervoso—foi a voz da verdade acoutando os ingratos e esquecidos—foi o soldado da liberdade uzando da palavra com a mesma coragem, com o mesmo patriotismo com que empunhara a arma no campo de batalha para sustentar a cauza a que se votou.

«O sr. José Estevão, apostrophando o sr. ministro do reino, perguntou-lhe se elle não sabia que dentro de tres dias professava uma senhora no hospicio de Bemfica, na congregação de S. Vicente de Paulo. O orador afirmou este facto, e todos pasmaran. Os ministros ficaram mudos e quedos.

«Foi pungente a interrogação, porque ha apenas 15 dias que foi promulgado o decreto que dissolve a congregação.

«O discurso do sr. José Estevão é hoje assumpto de todas as conversações, e todos applaudem e aclamam o primeiro orador portuguez.»

«A camara rompeu em bravos e apoiados, por muitas vezes, e quando o orador descreveu os effeitos da propaganda nas familias, quando mostrou as filhas revoltadas contra os paes á voz dos vilissimos interesses de corporações ambiciozas e que profanam e degradam a religião, a camara, todo o auditorio se commoveu, e a muitos corriam as lagrimas pelas faces.

«A abundancia da phrase imaginoza e brilhante, a intonação sentida, o gesto soberano, e expressivo, dominavam a camara e as galerias. Era impossivel resistir á influencia d'aquelle verbo, que rebentava do coração, impellido pela força da sua convicção sincera.

«Ha muitos annos que no parlamento portuguez se não ouviu um discurso como o do sr. José Estevão.»

Passaremos agora a transcrever o que diz a *Opinião*, jornal do governo:

«O sr. José Estevão é um grande artista da palavra; como poeta da tribuna encantou a assembleia; elevou-se muitas vezes á altura em que, nos dias mais brilhantes de seus triumphos oratorios, conquistára a reputação que o distingue.

«Foi soberbo de colorido, de verdade, de animação e sentimento o quadro do abandono e solidão em que fica um pae quando a reacção lhe arrebatou a sua unica esperança, a filha innocente que a providencia lhe concedera, para levar, a ignotos climas uma caridade de que deixa orphãos, com o auctor de seus dias, uma familia inteira. A poesia da caridade, interpretada por uma ardente imaginação, por uma alma que comprehende o ideal e sabe traduzil-o com admiravel fluencia em torrentes de inspirada oratoria, constituiu a parte mais interessante do discurso do notavel orador.»

A *Política Liberal* diz o seguinte:

«A camara dos deputados resgatou hoje o tempo perdido no longo debate sobre a resposta ao discurso da corôa. Fallou o sr. José Estevão, a quem a camara ouviu no meio da mais profunda commoção.

«A questão das irmãs da caridade, que é a mais palpitante e popular de quantas o ardor dos principios liberaes, e a creença nas ideias do progresso tem levantado nos ultimos tempos, entre nós, deu assumpto ao nosso primeiro orador para expôr com o brilhantismo da sua palavra esplendida, e com a unção da sua eloquencia sentida e apaixonada, quanto ha de deploravel, de triste, de mysterioso e de dilacerante n'estas lutas em que nós andamos, dividindo os homens que pelejaram juntos pela liberdade e levando ao seio das familias a dissidencia e a sizania que a liberdade de vera ter acabado, ao mesmo tempo que enxugara as lagrimas dos que soffreram trabalhando para a sua conquista.

«Dizer que fallou o sr. José Estevão é logo indicar que as ideias elevadas e generosas foram servidas pelos mais bellos dotes de eloquencia, que tem sido admirados na tribuna portugueza.

«O sr. José Estevão, inspirado pela franqueza mais aberta e pelos principios mais rectos, levou á evidencia a inutilidade e o perigo da instituição das irmãs da caridade.

«Depois d'isto é curvar a cabeça, e applaudir a manifestação da verdade no seu mais brilhante esplendor.

A «*Liberdade*» tambem se expressa do seguinte modo:

«A sessão de hoje na camara dos deputados marca uma pagina brillantissima da nossa historia parlamentar. — Poucas vezes a tribuna portugueza se tem elevado em estylo, em eloquencia e em ideias nobres, grandes, generosas e sublimes, nascidas do mais sentido e verdadeiro amor da patria e da liberdade, do que se elevou hoje com o discurso do illustre representante dos povos de Aveiro. Pouquissimas vezes se tem visto a palavra auxiliar com tão vivo colorido e abrihantar com tão grandiosas imagens a expressão de tão santos sentimentos, como aconteceu hoje ao sr. José Estevão, quando derramou pelos corações dos que tiveram a felicidade de o ouvir a fé, a creença e a vida, que transbordava do seu, manifestando-se nos vãos mais arrojados, a que pôde subir a intelligencia humana.

«Para fazer perceber o que foi este discurso, ou antes, o que foi esta expansão da maior alma e do mais portueguez coração, que bate em peito de homem, seria preciso citar aqui todas as palavras do sr. José Estevão; e ainda assim, frquissima seria a ideia que podiamos dar d'este monumental triumpho da liberdade e do talento.»

O correspondente de Lisboa do *Diario Mercantil* exprime-se deste modo:

Seguiu-se-lhe o sr. José Estevão Coelho de Magalhães. Ouvi o seu monumental discurso; observei e participei da commoção profunda que a sua inspirada eloquencia produziu na assembleia e nas galerias; admirei mais uma vez aquelle talento espantoso que domina e subjuga com as torrentes de uma oratoria singular, e inimitavel, os animos, os corações e a intelligencia de quantos logram a fortuna d'escutal-o. Vi hoje com satisfação a justa critica de toda a imprensa. Que mais posso acrescentar?

Apenas duas palavras: o discurso de José Estevão não foi unicamente um triumpho para o celebre orador; não foi só um acontecimento parlamentar; significa ainda mais: foi uma solemne manifestação da camara electiva, uma interpretação fiel da opinião publica contra a ideia de restaurar o instituto de S. Vicente de Paulo, n'este paiz, seja qual for a forma em que se estabeleça; seja portugueza, franceza ou latina a sua regra.

A questão está resolvida por um golpe de eloquencia.

Concluiremos agora com o que diz a «*Revolução de Setembro*».

«Orou o primeiro orador d'este paiz, um dos primeiros da Europa, e podemos dizer, com satisfação do orgulho nacional e sem receio de faltar á verdade da historia—um dos primeiros do mundo.

«Euscusado era dizer que este orador é o sr. José Estevão Coelho de Magalhães. Mas dizemol-o porque agora que não temos a honra de o ter por collega permanente na redacção d'este jornal, agora queremos ao menos sentir este prazer e esta satisfação do orgulho nacional em registrar os seus discursos monumentaes, prazer e satisfação, que elle dantes nos vedava em nome de sentimentos e considerações, que não podiamos deixar de respeitar.

«Se dissessemos aos nossos leitores que José Estevão na vehemencia da phrase era Demosthenes, na belleza das imagens Victor Hugo ou Lamartine, na riqueza da linguagem Antonio Vieira, teriamos dito, talvez, uma verdade, mas não teriamos dado uma ideia, não teriamos feito um retrato do orador.

«Quem quizer fazer uma ideia do orador vá ouvi-lo amanhã. Quem o não poder ouvir em altos assumptos, e em momentos de inspiração como os de hoje, leia o seu discurso, se elle se der a um trabalho a que nunca se dá, o trabalho de rever os seus discursos, se é que elle mesmo pôde agora recolher todas as bellezas do estylo que derramou hoje em torrentes no parlamento.»

O sr. José Estevão (sobre a ordem): — Sr. presidente, depois que v. ex.^a por uma muito discreta, e a meu ver louvavel interpretação das regras regimentaes desta casa, consentiu que um orador inscripto sobre a ordem estendesse as suas considerações a todos os assumptos que estavam submettidos á deliberação da camara, eu não posso deixar de citar este precedente, para, auctorisado nelle, usar da mesma latitude nas observações que tenho a fazer á camara. Comtudo para não enfraquecer a auctoridade do regimento, nem dar largas demaziadas ás benevolas e discretas decições de v. ex.^a, resolvi metter-me nas regras strictissimas do regimento, e antes de proceder a quaesquer observações que tenha a fazer á camara, enviar para a mesa uma moção, como é pratica e regra, quando se pede a palavra sobre a ordem. E receiando mesmo... não digo receiando, mas prevenindo, que v. ex.^a não estivesse disposto a deixar-me uzar da mesma largueza que tinha concedido ao illustre relator da commissão, que não tem um privilegio especial, tinha-me já munido de uma emenda a respeito de todos os paragraphos da resposta, para ficar habilitado a fallar sobre todos os assumptos. Desisto porém de apresentar estas emendas não invocando o precedente que v. ex.^a deixou estabelecer nesta casa e

neste caso; não o invocando para me aproveitar delle em algumas poucas considerações que vou fazer á camara.

Portanto mando para a mesa, sobre a questão das irmãs da caridade, que pode ser e é a mais importante, uma emenda ou substituição, ou o que quer que seja.

A resposta ao discurso da corôa termina por um paragrapho que elogia até certo ponto o governo pelas intenções e esforços liberaes, e promette-lhe o apoio da camara. Para que elle de pois seja levado a cabo, eu acrescento a este paragrapho mais um outro, no qual determino o modo por que me parece pôde ser prestado o auxilio da camara sobre este assumpto (*leu*).

O sr. Pereira Dias:—É um projecto de lei.

O Orador:—Não é um projecto de lei, é um paragrapho pelo qual nós compromettemos a apoiar o governo para resolver esta questão por uma vez. Digo, não me parece que tenha as honras de um projecto de lei: é apenas a indicação de principios, para os quaes conto e sei que tenho o voto do illustre deputado.

Prescindindo de me desculpar com a camara por tomar parte em um debate que tenho condemnado, e que ainda hoje sustento que se podia preterir, como aperfeiçoamento do regimen parlamentar (*apoiados*), e boa ordem das discussões; porque todas estas questões relativas ás diferentes provincias da administração publica, podem ser tratadas quando á camara se pedem os meios em cada um dos capitulos do orçamento do estado, para estabelecer e regular essa administração, nada havendo mais curial e consuetaneo com o trabalho intellectual, nem mais proprio do voto da camara do que reservarmos para essa occasião.

Esta questão das irmãs da caridade tinha o seu logar no orçamento do ministerio do reino. Tinha ahi o seu logar proprio quando se tratasse da beneficencia, porque supponho que a questão das irmãs da caridade não é senão uma questão de beneficencia. E nem se pôde inferir das ejaculações um pouco mais timidias e fracas sobre a necessidade e conveniencia das congregações religiosas, que não houvesse aqui nenhuma opinião singela a favor d'esta instituição, que eu muito respeito pelo lado da caridade.

Pelo que me toca, eu por um lado tremia de ser accusado de falta de lealdade, collocando-me, emquanto a esta questão, n'uma situação um pouco favoravel ao governo, e assim offender a susceptibilidade de alguns nobres deputados, a quem não sei se chame meus amigos politicos, se meus companheiros parlamentares; por outro lado receiava não levar as minhas ideias até aonde quer que ellas chegassem, por esta timidez de incorrer na desapprovação das parcialidades politicas, não tomando francamente a defeza do governo no que entendesse que elle merecia o meu auxilio. Mas o governo não precisa da minha defeza, porque tem n'esta casa mais apoio do que esperava. Por consequencia estava só isolado, unico e recolhido á minha consciencia para defender as minhas opiniões, não tanto pela satisfação moral de as pronunciar em publico, e muito menos por essa especulação de popularidade de que todo o homem publico se deve desprender, como para protestar a minha lealdade; não tendo a seguir senão a voz da minha consciencia. Mas só e só, e creio que bem só, porque sou d'aquelles que não querem irmãs da caridade em politica alguma, em epocha alguma, de nenhuma organisação, com nenhum fim, com nenhuma mistura de auctoridades civis ou ecclesiasticas (*apoiados*); sou d'aquelles que não quero nem as francezas, nem portuguezas (*apoiados*); nem esse ridiculo instituto que ao governo parece uma criação canonica e que é um absurdo civil (*apoiados*).

Estava só antes que o nobre deputado por Bemfica... (*Uma voz*:—Por Belém), ou por Belém; mas disse Bemfica, por que acho ser um sitio mais aprazivel, e talvez um nome mais lizozeiro para o nobre deputado, visto ter assentado ali a sua residencia.

Estava só até que ouvi o illustre deputado pôr a questão nos mesmos termos, manifestar as mesmas inspirações, pouco mais ou menos, mas com a mesma conclusão, sem eu ter nada que tirar do seu discurso senão as apreciações inexactas que elle fez a respeito de algumas parcialidades politicas, com um erro de facto e com inexactidão de datas. O partido em que militei, não porque tivesse as mesmas bandeiras nem a mesma procedencia politica, mas em que estive destacado sempre em serviço do progresso desta terra, esse partido a que o illustre deputado se referiu, já elle tinha só, debaixo da sua iniciativa, nos tempos em que governava, já tinha votado nesta casa uma lei de morgados, e levando-a com a sanção e approvação do governo á outra casa do parlamento, onde embrulhada n'uma grande divisão de opiniões, n'uma grande diversidade de intuitos e de expedientes, morreu n'uma commissão e desfez-se n'uns poucos de projectos de que não se pôde tirar cousa alguma. A lei de morgados, que passou agora, foi uma segunda tentativa. A primeira tinha uma data a que o illustre deputado tem um certo aborrecimento, mas sobre o que devia pensar, para se não fazer sectario dos homens, e poder medir da altura da sua imparcialidade e do seu patriotismo todas as parcialidades politicas, segundo a sua consciencia, e fazer de tudo isto esse partido que eu quero que se faça e constitua, e que se pode bem constituir sem passar ninguem por cima dos seus chefes, mas podendo passar pelo lado delles; por cima não, porque entendo que não se pode prescindir das suas luzes e da sua cooperação, ainda que haja nelles que condemnar (*apoiados*). Eu tenho passado ao lado de todos os homens, e estou prompto a passar, attendendo aos serviços que tem pres-

tado sem lhes negar sua capacidade; e se o illustre deputado está no mesmo modo de pensar, e tem de empenhar as suas facultades neste nobre intuito, ha de dispôr-se a passar com a mesma indifferença pelas pessoas com quem tem vivido ultimamente, e com quem tem andado nestas diversas empresas politicas, e ligar-se livre sempre com a sua consciencia aos homens que as circumstancias tiverem indicado para satisfazer ao governo do estado em qualquer circumstancia, uma vez que elles tenham a reconhecida capacidade para des-empunhar essas funcções. Esta é a primeira congregação e o primeiro partido a fazer nesta terra. O primeiro partido indispensavel é dos homens; mas note a camara, dos homens desprevenidos e soltos de todas as pequenezas.

O sr. ministro da fazenda disse aqui: «Vós quereis fazer das irmãs da caridade uma questão politica». Esta estranheza dos srs. ministros revela uma grande ignorancia do direito. Que me importa fazer das irmãs da caridade uma questão politica? Não as tem feito os srs. ministros? Não estamos nós aqui para fazer questões politicas? Não é esse o nosso officio e a nossa obrigação? Não tem o sr. ministro da fazenda feito questão politica de assumptos de menor ou igual gravidade? Porque motivo vem esta estranheza? Não é só estranheza, é uma grande inexactidão, visto que não quero fazer desta questão uma questão politica (*apoiados*). E prometto que dou o meu apoio a todas as medidas que eu julgue consentaneas para livrar o paiz do desnecessario estabelecimento das congregações religiosas. Para isto dou-lhe todo o meu apoio, e sinto que não tenha empregado todos os meios que podia empregar, usado de todos os expedientes de que devia usar, com mais habilidade, com mais energia e com mais decisão (*apoiados*). Uma questão politica! Sim, uma questão politica; não digo para este governo, para este parlamento, mas para todos os governos e para todos os parlamentos que existam e possam existir; porque esta questão, que promete distrahir perpetuamente os homens publicos de tratar dos assumptos mais graves e mais importantes da nossa governação interna, impossibilitar o governo do estado a todas as parcialidades politicas e debilitar os principios parlamentares, ha de ser forçosamente decidida; e se o governo por egoismo não a decidir, deixando na sua rectaguarda opiniões tão encontradas como as que tem manifestado, aquelles que se aventurarem ao poder não poderão tambem vencer esta questão. Em todo o caso é preciso que alguém a decida; inchoada nas mãos deste, é do seu dever acabal-a.

Questão politica! Quem a fez questão politica foi a commissão de resposta. Pois que dizia a resposta, e indicava neste assumpto quando delle fallava?

O discurso da corôa contrastava absolutamente com os factos de que todos tinham conhecimento; ninguem podia dizer que era um discurso da corôa feito em Portugal. Só nos dizia — que as eleições tinham sido feitas com grande tranquillidade —. N'um povo barbaro como nós, é uma cousa estranha e de mencionar, que se fizessem eleições sem se perturbar a tranquillidade publica, e o governo não lhe soffria o coração que não se congratulasse com o paiz por elle governar um povo que fazia eleições sem perturbar a tranquillidade publica!

Que dizia mais o discurso da corôa? Davanos uma grande noticia, que parece que chegou ha pouco pelo correio; descubriu-se que as provincias ultramarinas tinham productos que podem ser aproveitados na industria e no commercio da Europa! Veiu pelo ultimo correio esta noticia, e foi uma descoberta agricola. De maneira que as provincias ultramarinas não foram descobertas quando o foram, nem visitadas por quem foram visitadas, nem se conheciam as suas produções: ha oito dias é que foram descobertas, e o sr. ministro tendo a noticia, teve a modestia de não dizer: — «Olhae que descobrimos as provincias ultramarinas» —; porque effectivamente foi elle que as descobriu, pois que descobrir a superficie territorial não é nada: descobrir os seus productos agricolas, os seus meios de riqueza, isso é que é tudo, e isso é que chegou pelo correio ao sr. ministro da marinha!

Mas a respeito das irmãs da caridade, a respeito da questão que agitava toda a gente, nada dizia o discurso da corôa; silencio profundo!

Que fez a commissão? A commissão julgou que, quaesquer que fossem os receios diplomaticos e as contemplanções politicas do governo, não era decente nem decoroso n'um governo de publicidade calar um documento d'esta ordem; que existe aquillo que realmente existe. O governo do paiz, que devia ser o orgão das opiniões dominantes, calava absolutamente aquillo em que todos fallavam. O discurso da corôa nem uma palavra dizia a respeito das irmãs da caridade; mas a commissão no projecto de resposta addicionou um paragrapho a esse respeito, e foi ella que fez politica a questão das irmãs da caridade, tanto mais politica que a mettu na resposta ao discurso da corôa, quando o discurso da corôa não tinha fallado n'ella. Não fez só uma questão politica, fez uma questão de censura, porque só a inserção d'estas palavras é uma questão de censura. Não sei se o governo as aceitou ou não. Se as aceitou, a censura é menor; mas se não as aceitou, tem a censura da lembrança, a censura do aviso e da advertencia: «Olhae que vós não fallaste no assumpto; é preciso fallar n'elle e fallamos nós.»

Mas ha aqui alguma questão politica? As questões politicas quem as sabe pôr perfectamente na sua nudez natural, na sua logica primitiva, é o sr. ministro da marinha; esse é que as sabe pôr de uma maneira clara pelo estylo que denuncia a philosophia d'essas questões. Querem que morra-

mos, que vamos entregar o poder nas mãos dos nossos adversários? Não de elles vir sentar-se aqui e nós irmos para casa? Esta é a questão política de s. ex.ª E o sr. ministro diz com uma certa satisfação, com um certo prazer:

« Quem quer que morramos? » Tem orgulho, tem satisfação, tem um prazer inaudito em dizer que o querem matar; sendo talvez o sentimento de que pôde morrer o unico que lhe revele a gloria de ter vivido politicamente.

« Apostata! Chamam-me apostata! Estou espantado como descobriam que eu tinha tido convicções uma vez diferentes daquellas que tenho agora ». Esta vaidade de mortalidade é uma cousa singular. Se os ephemeros tivessem uma vida moral e intellectual, esse sentimento podia ser para elles natural, porque esses quasi que não sabem que vivem senão porque morrem.

« Pois queriam que executassem as leis e que as executassem na capital? » A lei dos pezos e medidas é magnifica, é excellente, mas foi votada ha dez annos. E havemos nós agora executar uma lei que foi feita ha dez annos? A vista d'isto a missão dos ministros reduz-se a executar as leis que elles propõem, e por consequencia se não propõem lei alguma, ficam desculpados de não darem execução ás leis, porque não executam se não aquellas que elles propõem. Está pois sancionado o *epicurismo* no poder, muito mais desprezível que a inhabilidade.

Que se não execute uma lei, concebe-se; mas que o governo consinta que seja martyr da obediencia e do respeito á lei e ás autoridades uma classe de cidadãos, isso é que é inaudito.

O governo não executou a lei dos pezos e medidas e a antiguidade d'essa lei era um aviso para elle, durante esse lapso de tempo, ir tomando todas as medidas preparatorias, a fim de que não apparecessem, no momento de a executar as resistencias que são naturaes em casos semelhantes.

O governo não só não tratou d'isso, mas aconteceu o seguinte: — Varios logistas, por exemplo, padeiros, julgaram que podiam executar a lei dos pezos e medidas; mas o desgraçado que em lugar de vender por arratel, entrou a vender por . . . como se chama? (*Riso*) (*Uma voz*: — Kilogramma.) A minha hesitação mesmo desculpa a resistencia, mas torna mais meritorio o acto daquelles que, longe de resistir, procuraram adaptar ao seu commercio os novos pezos e medidas para n'um certo e determinado dia venderem segundo a lei. Porém sabe v. ex.ª o que aconteceu? Foram invadidas as lojas, os pezos lançados á rua, e elles espancados. Aconteceu isto áquelles individuos que estavam preparados com os competentes pezos para executar a lei; e o governo, que teve tanta coragem para não a executar, nenhuma teve para defender aquelles que queriam e começavam a executá-la. (*Uma voz*: — Sabe isso?) Consta-me a mim, e consta ainda mais solemne e dolorosamente áquelles que apanharam. (*Hilaridade*.)

Mas o sr. ministro passou-nos depois uma certidão nos seguintes termos: « Saibam todos quantos esta minha declaração ouvirem, que nas provincias de Portugal se vae executando a lei dos novos pezos e medidas, e que o governo todos os dias recebe as mais satisfatorias noticias a este respeito; que em toda a parte do reino se pôde executar a lei, menos em Lisboa aonde eu sou o unico representante de autoridade, mas onde ninguém faz caso de mim ». (*Riso*.)

E esta é que é verdadeiramente a questão do poder, a questão ministerial. Mas o sr. ministro sahio da questão dos pezos e medidas, sahio das considerações de pezos miudos, sahio a mais altas regiões, e em contravenção ás opiniões do seu collega da fazenda e contra todos os principios economicos e financeiros, veio com theorias arbitrarías, com assumptos obscuros estabelecer o principio — de que a prosperidade das nações avaliava-se pela importancia e conhecimento do preço de seus fundos, e tambem pela somma de litros de acido sulphurico que consomem. Mas ainda que esta regra se possa admitir, é certo que tambem ha a curiosidade de saber quem governa essas nações (*apoiados*); não se tomam só em attenção os actos materiaes, tambem se pergunta: « Quem governa essas nações? » Não se misturam, para avaliar a prosperidade das nações, as pessoas que as governam com os actos materiaes que tem logar; portanto não se conhece a prosperidade das nações só pelo preço de seus fundos, nem pelo maior ou menor consumo de acido sulphurico (*riso*).

A questão do poder entre nós é esta. A questão do poder é—que quatro ministros em vez de procurarem o melhor modo de gerir os negocios publicos e de acudir ás necessidades publicas, em vez de comprehenderem a alta missão de que estão encarregados, só tratam de esquadrihar as theorias dos seus adversarios, as phrases que pronunciaram, os erros que porventura tenham praticado, fazem d'isto uma collecção minuciosa, e depois declaram: « Nós governamos o paiz; mas não estamos obrigados a governa-lo melhor que os nossos adversarios; nós governamos tão bem como elles governaram— do mesmo modo ». Ora assentado este principio, tomado como cartilha para todos os nossos homens politicos chamados ao governo, o paiz necessariamente ha de gritar de desesperação e procurar salvar-se logo para não ficar inteiramente perdido.

Desde que abandonados os interesses do paiz, desde que estabelecido tudo quanto ha de mais ruinoso e contrario aos interesses publicos, isto se conserva como norma para todos os governos, em vez de seguir outro caminho e adoptar outros preceitos, esses governos não dão garantia nem a pôdem dar de virtude e de sciencia, esses governos não são aquillo que devem ser, são governos de *corrupção politica* (*apoiados*).

Mas os srs. ministros fizeram opposição aos

srs. ministros passados; e elles são taes como os passados. N'este caso qual é o seu dever? É fazerem opposição a si mesmo. (*Riso*.) Então nos bancos dos ministros devendo suppor que ali estava vida, acho que o poder está vazio. Este estado obrigará a apparecer um terceiro partido, e quando elle apparecer é para declarar— que o governo do estado é uma necessidade, que essa necessidade ha de ser preenchida, e preenchida por gente que lance um véu sobre tudo que se tem feito (*apoiados*), sobre todos os erros dos seus antecessores; que lance um véu para esquecer os defeitos anteriores, e declare que appareceu para governar melhor, para remediar, e não para imitar os erros praticados; gerir as cousas publicas sem lhe importar o que fizeram ou deixaram de fazer os seus contrarios; enfim para tratar dos interesses publicos (*apoiados*).

O illustre relator da commissão expoz hontem, com muito espirito e com muita verdade, a razão profunda e radical da existencia do governo actual; e que faz um grande serviço ao paiz. Esse grande serviço é que enquanto occupar este governo as cadeiras ministeriaes não as ha de occupar a opposição (*riso*). Na verdade é definir a situação do actual governo nos termos mais proprios e mais promptos; a situação do governo definiu-a perfeitamente o relator da commissão.

Mas desde que um governo obsta a que se façam novas tentativas, que se procurem novos homens, e que se renove a vida publica; desde esse momento o governo que occupa as cadeiras do poder é altamente prejudicial aos interesses publicos. Registo a definição desta situação; não digo isto por ironia, registo-a porque é a jaculação da verdade, e a verdade é uma só e unica.

Uma questão politica para mim. . . E eu tenho umas poucas, mas a camara far-me ha a justiça de que não empenho as minhas facultades, o meu socego e tranquillidade, e sobretudo que não venceria um certo desassombro e descorçoamento sobre, não digo a sorte final do nosso paiz, mas melhor aproveitamento das suas couzas, durante a minha vida; a camara ha de fazer-me justiça, digo, de que não fazia todos estes sacrificios para assistir ao pomposo espectáculo de ler no *Diário de Lisboa* os decretos declarando que os ministros actuaes tinham servido a contento de sua magestade, e que iam para lá outros que tornavam a ser demittidos passado tempo a contento de sua magestade, porque uma mudança politica sem substancia, sem effeito immediato na canza publica, declaro que não concebo, nem louvo, nem condemnno.

Eu tenho uma questão politica, mas a questão politica para mim está na reforma radical da administração desta terra, em todos os seus pontos, em todas as suas estações; está na reforma do systema porque nós fazemos as leis, está na reforma dos nossos espiritos e costumes parlamentares, desde a camara até ás sessões da ultima junta de parochia. A minha reforma, a minha questão politica, é uma economia, não nos grandes soldos do estado, porque os não ha; mas uma grande economia no tempo e braços que se consomem em tramites desnecessarios, em papeladas inúteis que mostram a ignorancia de governar e que são muitas vezes o abandono dos negocios publicos. A minha reforma politica consiste na revizão de todos os tributos, não só antigos, mas dos ultimamente lançados, para de todos se formar um systema, pelo qual se possa distribuir a contribuição com igualdade (*apoiados*); e as contribuições novas que eu votei, e ás quaes reitro o meu voto, não formam ainda um systema completo e perfeito, porque o resultado é que a contribuição não tem attingido já não digo a igualdade possível, mas a igualdade toleravel, porque os pequenos martyrios que os homens desvalidos, os homens do povo soffrem, são muitos, são immensos (*apoiados*), e é necessario procurar dar remedio a esses males.

A minha reforma é para a clareza nos negocios, e para a exposição singela dos haveres de cada corpo do estado e de cada cidadão particular. A minha reforma não é economias com corte, porque se não podem fazer nenhuma, absolutamente; é necessario mesmo augmentar os ordenados á maior parte dos funcionarios, mas a suppressão de serviços desnecessarios, com aproveitamento d'aquelles de que se não pôde prescindir e na annullação talvez, eu não quero dizer de sinecuras, porque os não ha. (*Uma voz*: — Ha, ha.) Mas de altos corpos de administração que podem, talvez muito bem, ser supprimidos (*apoiados*).

A minha reforma é a organização da força publica, nos termos em que um illustre parlamentar, e até certo ponto meu amigo politico, terá talvez de apresentar hoje á camara.

A minha reforma é a organização da força publica, nas suas diviões naturaes, de maneira que cada um preste para o fim a que é destinado, e que nem o exercito seja policia, nem a policia seja exercito, — nem que a pretexto de armar o paiz se faça um grande alarma, como se fez com a idéa da creação dos batalhões que só servia para nomear alferes e tenentes, dando logar a que esta organização se prestasse a uma certa concaenação eleitoral, de modo que, com um aparelho assim formado, nós perdessemos todas as liberdades publicas.

E neste ponto direi que a minha opinião é— que o paiz que quer ter a consciencia da sua força, preparar-se decorosamente para todas as eventualidades, precisa fazer-se uma *Suissa monarchica*.

Estas e outras são as minhas reformas: a encyclopedia não é completa, e não serve de nada fazer encyclopedia de politica administrativa na resposta ao discurso da coroa; mas perde-se tempo talvez, se depois de alguns dias se sair de um

debate longo não tendo apurado a reputação de ninguém, nem apparecido uma idéa de esperanza que nos possa consolar nesta parte. E sobretudo o que nós precisamos é *nortear* a nossa politica, e assentar em um certo numero de principios que devem ser a cartilha que todo o paiz aceita, que aceita o governo e todas as situações, deixando a divergencia das parcialidades para estas questões que não são substanciaes.

Qual é a posição que nós devemos occupar na Europa? Quaes são os meios por que podemos dar mais duração a esta nacionalidade que todos queremos (*apoiados*), que todos dezejamos conservar (*apoiados*), e por que todos dezejamos morrer? (*Muitos apoiados*).

Nisto é que não ha divergencias (*apoiados*). Não ha ninguém que não tenha estes principios: são principios communs.

E isto que se chamava antigamente segredos de gabinete, hoje são segredos dos povos. Hoje o parlamento inglez dirige-se ao seu governo e pergunta-lhe—quaes são os principios pelos quaes elle tem de continuar o poderio e a grandeza da sua nação; em França pergunta-se em toda a parte o que o governo tem tenção de fazer a respeito das altas questões, e diz-se—que á França convem isto e aquillo —. Depois as parcialidades discutem as questões de administração e outras.

Mas para que havemos de estar questionando se os ministros têm feito muito ou têm feito pouco? Digamos a verdade, porque é um facto — nós parámos. Depois da agitação das nossas grandes lutas politicas, seguiu-se uma grande somnolencia, que se tornou em somno pezado; acordámos em 1851, esfregámos os olhos, vimos o tempo que tinhamos dormido, envergonhámo-nos da nossa inercia, e com phrezei e sofreguidão de quem se vê muito atrazado, e de quem tem perdido muito tempo, lançámo-nos a empresas de incontestavel utilidade; mas depois cansámos e parámos.

Desde o ultimo governo da regeneração, ou antes desde o primeiro, porque o ultimo já foi um pouco menos activo, o que é que nós fizemos? Nada. Estamos espantados do nosso arrojo, admirados de estarmos acordados tanto tempo, e com dezejo de voltar á cama. E os ministros mesmo declaram que não têm senão a executar essa grande e importante obra de dois caminhos de ferro, que é o que estamos vendo fazer; depois acabou-se tudo; fizemos dois caminhos de ferro e ficámos aqui.

Senhores: o trabalho politico é incessante e continuado, e não podemos deixar de attender ao cumulo de assumptos que nos assoberba; porque ha um cumulo de assumptos esquecidos, e a iniciativa de um governo em paizes que têm attendido ás suas necessidades capitaes, é uma iniciativa muito diversa daquella de um paiz que por muito tempo desprezou tudo isso.

Se eu quizesse fazer encyclopedias politicas, teria muitas medidas a lembrar; mas entre ellas ha uma que está clamando pela acção dos poderes publicos—é a desamortização civil. Immensos territorios estão sem cultura, sem aproveitamento nenhum; uns, desperdicados em pastos communs, cujos interesses é preciso regularizar; outros, entregues ás camaras municipaes para logradouros, em que ninguém logra; outros, occupados com um certo direito consuetudinario pelas primeiras pessoas que lhes lançaram a enxada, e que não dão pelo uso destes terrenos nenhuma retribuição aos corpos a que pertencem (*apoiados*). Ha immensos assumptos que estão chamando do desvelo do governo, e que os pagariam exuberantemente.

E seja-me permitido dizer que, tendo-se creado um ministerio de obras publicas (e isto não tem nada com o illustre ministro que actualmente rege aquella repartição, é pecha antiga), ministerio que comprehende a industria, a agricultura, o commercio e as obras publicas, só têm tido vida as obras publicas, estando immensas, as mais importantes questões d'esta terra sem ainda serem inchoadas nem iniciadas, e todas ellas as mais proprias para derramarem sobre este paiz força de população, força de riqueza e policia de multidão; porque só um paiz grandemente povoado é que pôde ser bem policiado; e todas estas questões nem ao menos têm sido lembradas, nem mettidas nos programmas de governação.

Mas as irmãs da caridade, o meu fim n'este ponto, com a mão na minha consciencia e enviando todas as forças do meu caracter, é coadjuvar este ou outro qualquer governo para resolver a questão no sentido das minhas opiniões, sem suspeitar da intenção dos meus nobres adversarios, acatando os escrúpulos d'elles e tributando respeito e consideração a posições, que já não são d'esta epocha, mas que nasceram das necessidades dos tempos em que foram creadas, e são filhas legitimas das idéas religiosas e patrióticas d'esses tempos; o meu fim é resolve-la sem offender este governo, nem diminuir nada da força que elle precisa ter para gerir os negocios publicos, nem tambem favorecer nenhuma ambição de quem quer que o possa ou queira substituir.

A minha intenção é, dentro dos meus meios e com os meus recursos, concorrer para que tiremos da tela publica, por uma vez, esta questão; se não ella ha de occupar-nos eternamente; reaparecendo-nos, ora debaixo de escrúpulos religiosos, ora debaixo de exigencias estrangeiras, umas vezes debaixo de dissensões nas familias, e outras vezes debaixo das incompatibilidades parlamentares, e por muitas vezes inutilizando-nos homens uteis para o governo do estado, que por ella se possam julgar inhibidos de entrarem nas combinações que as diversas situações politicas podem tornar necessarias.

O homem do governo, o individuo, o corpo do estado, seja quem quer que for, que concorra

para que de uma vez saia dos nossos debates esta importantissima mas desgraçada questão, faz um grande serviço a esta terra (*apoiados*); e eu não creio que elle se possa resolver, nem pelos meios que o governo tem empregado até aqui, nem pelos meios que elle julgue empregar para o futuro; não se pôde resolver senão unindo-se n'um principio patriótico e desinteressado os homens que representam o seu paiz, fazendo lei segundo as conveniencias d'elle, e dizendo: « Execute-a quem quizer executar; e vós, se não a quereis executar sai do governo que alguém a executará ».

Uma cousa que eu tenho observado é tratar-se n'esta casa da questão da legalidade, questão que me parecia de principios, e que tem occupado largo espaço na outra casa do parlamento, empenhando-se todos os oradores em sustentar se era legal ou não legal o procedimento do governo. Eu não recopilo os argumentos: a questão está longa e fastidiosamente tratada. Mas a minha opinião é que o governo procedeu segundo as leis do paiz, e se elle ou algum dos seus successores nos apresentar n'esta casa uma proposta que chame o voto do parlamento sobre este ponto, eu já lhe offereço a minha voz. Sou pelo governo. Entendo que em todas as medidas que tomou obrou segundo as leis do paiz. Se este voto aproveita para alguma cousa, está já dado; porque eu tenho mesmo a opinião de que a permissão com que se introduziram no paiz as irmãs da caridade não é uma lei, é um decreto. E não apresento isto como opinião, mas apresento-o como um ponto de duvida aos juriscosultos que estão n'esta casa.

(Continua.)

CORRESPONDENCIAS

Loureiro 6 de julho de (1861.)

O n.º 142, de quinta feira, 26 de junho, do *Nacional*, traz uma queixa do sr. Jacintho dos Sanctos Loureiro, parcho de Sancta Christina do Couto, concelho de Santo Thyrsco, contra o sr. Miguel Joaquim Gomes Cardozo, vigario geral, deste bispado do Porto, na qual stigmatiza acremente este sr., por elle lhe formular um crime, sem baze canonica, ou civil, meramente sobre uma capitulada anonima. Parecendo ao queixozo, que só para tirar-lhe dinheiro, é que a justiça ecclesiastica move este pleito—concluindo, que hade fustigar esta justiça: — quer dizer— (vigario geral, e promotor) se estes lhe não citarem o direito em que se fundam, para perseguil-o; a que nunca lhe verão cruzes ao dinheiro: — deixando nessa queixa escapar algumas idéas — enunciadas por palavras, que se não encontram no illucidario da civildade, que marca o tractamento hierarchico. — cortez, e religioso.

Eu não conheço o meu collega de Santa Christina; porem julgo-o, pelo seu artigo, homem de coragem, e sentimentos; capaz de ser deputado pela opposição.

E foram estas suas virtudes, que me trouxeram á imprensa; pedindo-lhe, que se retire d'impugnar o posso—quero,—e mando da justiça ecclesiastica do Porto.

Ainda que lhe pareça duro esperar mancinho os seus galopes—sem lei—nem roque, contra o seu bolso; bem que a seu pezar —solte-lho: — abra-lhe a portinhola. e bata-lhe o dinheiro.

Não creia que a pecuniaria hidropezia da justiça ecclesiastica seja illimitada.

Eu sei d'um crime celebre, e singular. «Um ecclesiastico furtou duas galinhas, e furtou tambem a lenha para cozinhar-as em casa d'uma amazia, onde as comeu—de parceria com ella.

Foi este facto (prescindo da veracidade de sua existencia) foi este facto — digo, levado, por um anonymo, ao sr. Miguel Joaquim, correu seus tramites o processo instaurado. . . . E acha meu collega, que foi muito saqueado o padre? Ao contrario! Metteu um empenho ao sr. Miguel Joaquim; e só largou cerca de 40\$000 rs. e dizer quatro missas pelas almas!

Não se ria, collega, que não ha aqui razão, se não para chorar!

Tenham os olhos lagrimas para chorar; e possam estas lagrimas traduzir o resto, que eu me privo de contar; porque a propria experiencia me ensina, que verdades que se arrostem ao sr. vigario geral, não lhe servem de correctivo.

É necessario, pois, attender á essencia deste tribunal ecclesiastico do Porto.

É um tribunal — constituido por excepção, para funcionar por excepção de todos os direitos, de todas as leis. É um tribunal para castigar os espiritos. . . (ora veja lá!) e que só por necessidade affecta os corpos para pillar os espiritos.

Tribunal formidavel, que actua sobre o corpo, e sobre a alma.

É um tribunal, que mette o corpo na cadeia, e a alma no inferno; cassada com a rede das censuras, ainda antes do corpo jazer na enchovia!

— Sancto Deus! Com este tribunal não se allega; não se questiona; ainda que atropelle os direitos do cidadão; e os garantidos na carta constitucional, que consolida o principio da igualdade perante a lei.

Tenho-me explicado—collega de Santa Christina: pagai; pagai, e fechai os olhos, os ouvidos, e a bocca; porque— com o sr. Miguel Joaquim, nem se ouve, nem se vê, nem se diz! É um homem. . . .

Talvez o collega não saiba todos os trechos da biographia d'elle?

Ora queira ouvir.

Formou-se; supponho que com a indulgencia anterior ao marquez de Pombal!

Mas o publico, que peza as cartas dos doutores, achou as deste— iguaes a zero; e para nada o chamava; para nada o queria.

E o doutor não era tolo—fino sim; como qualquer impostor!

Methamorfozeou-se em padre, fazendo da necessidade virtude: incutindo vocação sacerdotal a um agio premeditado.

E não se enganou; que com a súplica chegou á celebridade de precizarmos de fallar n'elle!!! Muito pode a impostura!

Estava uma vez a banhos de mar—chupando um bondozo lavrador—entre a Foz, e Mathozinhos. E nos dias sanctificados—ia dizer a sua missa cêdo: e á hora determinada—ia ouvir a do capellão.

E fazia-se cargo d'explicar aos parranos, que o padre, que nos dias sanctificados—só diz missa, e não a vae ouvir tambem, não satisfaz ao preceito commum dos fieis etc.

Este homem:—com taes precedentes, é hoje um genio; que se não fez para conzas pequenas!

Pelo caminho que vae—guiado pela estrella da combinação dos interesses, pode chegar a algum sitio, donde possa ainda fazer mais mal.

E muito mais mal fará—a quem o tiver re-sabiado.—

Pague—irmãozinho de Santa Christina:—ainda que comprometta o tecto, e o vestido, não arrisque o pão nosso de cada dia.

A sua coragem proverbial empregue-a mais proveitosamente—em pedir ao governo de sua magestade, que revogue a portaria de 21 de março de 1853—Ou que se sirva trazer o vigario geral do Porto—á materia sugeita; isto é a co-nhecer—só de crimes—ou faltas na administração dos sacramentos, e não a roubos de gallinhas—lenha, e quejandas—que tanto degrada, e prejudica esta classe—a que pertencemos.

Francisco Joaquim da Costa.

NOTICIARIO

Reunio.—Reuniram-se hontem na sala dos paços do concelho os cidadãos convidados pela commissão dos festejos patrióticos do 1.º de dezembro. Estariam cento e cincoenta pessoas.

Tomou a presidencia o sr. Mendes Leite. Depois de alguma discussão decidiu-se que a mesma commissão fosse encarregada destes festejos, e que estes mesmos festejos constassem d'um *Tedeum* com toda a solemnidade, e todos os actos de beneficencia que a subscrição permittisse.

Egualmente se decidiu que á mesma commissão fosse addicionado o presidente da camara, e aquellas pessoas de que a commissão julgasse carecer para o bom andamento dos seus trabalhos.

Chronica districtal.—Escrevem-nos de Sever do Vouga em 10 do corrente: Reassumiu no dia 1.º do corrente as funcões de juiz ordinario deste julgado o sr. João de Figueiredo, o qual ha mais de quinze annos exerce este cargo sempre a contento dos povos, pela sua assiduidade e justiça.

A camara deste concelho não teve ainda no sabbado sessão publica, e o seu presidente, sendo por alguém perguntado sobre as horas das sessões respondeu ás 11, ás 12, á uma, ás 2, ás 3, e ás 4! É realmente difficil encontrar-o em sessão publica.

No mercado deste concelho correu o milho no domingo a 520 e 550 rs. o alqueire.

Hoje andando Joaquim solteiro da Deveza, abrindo os alicerces d'uma caza velha, cahiu-lhe em cima uma parede, e ficou mal tratado.

O estado sanitario deste concelho é bom, o que é uma fortuna, principalmente porque não ha senão um cirurgião da velha escola, de mais de 80 annos, e incapaz por isto de fazer serviço. Ha um partido creado de 150\$000 rs., porém a camara não trata de o prover.

Ha mezes que se andam construindo novos fornos para derreter o metal das minas do Braçal e Malhada. Trabalham muitos operarios. Está em construcção o cano da chaminé, que terá muitos metros de altura.

O vulgo attribue ao fumo a molestia das vi-nhas, sendo tradiçào entre elle que já nos tempos dos mouros, ella existia por occasião da abertura de certas minas.

Conzas populares.

Associação Patriótica.—Por uma deputação mandou esta associação apresentar o reguinte agradecimento ao sr. deputado José Estevão:

Ill.º e Exm.º Snr.

«A meza da Associação Patriótica de Lisboa, por decisão da Assembla geral, vem por este modo saudar a v. exc.ª pela maneira, porque em defesa das ideas que aquella associação tem sustentado, v. exc.ª pugnou com a sua auctorizada palavra perante a representação nacional.

«Não vem a meza da Associação Patriótica agradecer a v. exc.ª a defeza dos principios portuguezes por um dos mais abalizados representantes da nação; são tão conhecidos e tão elevadamente apreciadas as ideas liberaes ao que sempre tem sido extremado campião, que seria puerilidade, senão offensa admirar que mais uma vez tomasse a iniciativa em prol das liberdades desta terra: veem sómente cumprindo um dever de gratidão, commemorar o facto ao ter sido a voz de v. exc.ª ouvida com particular prazer e verdadeiro entusiasmo por todos os homens conhecidamente liberaes, e que desejam ver prosperar em Portugal os prncios politicos que a Associação tem em vista.

«Felicitando pois a v. exc.ª a Associação Patriótica congratula-se a si propria, por saber que ainda pode contar com o apoio de um advogado de tão elevada esphera.

«Lisboa, 7 de Julho de 1861.

Antonio Camillo Pereira de Quadros, presidente.—Antonio Augusto da Silva Lobo, Januario José Severino Antunes Seabra, secretario».

Chegada.—Chegou hontem a esta cidade vindo de Lisboa o sr. Domingos Ferreira Pinto Bastos e sua familia. S. ex.ª partiu de tarde para a sua casa da Vista Allegre.

Recita.—Assistimos domingo 14, á representação dada pela sociedade d'artistas d'Ilha-vo no theatro daquela villa.

Foi á scena a bem conhecida comedia do sr. Feijó, — o *Camões do Rocio*, — e o *Anjo ou Demónio*.

A primeira andou regularmente, e manda a justiça dizer que as honras da representação couberam ao sr. Pereira, encarregado do papel de Bartholomeu, o sapateiro.

Na segunda andaram todos admiravelmente. Os papeis de Candida e Eugenia entregues ás sr.ªs Maria Henriqueta, e Roza Vidal foram comprehendidos e desempenhados com mimo e felicidade.

Aconselhamos a sr.ª Maria Henriqueta que se limite a papeis deste genero. E nelles que ella pode fazer sobresahir com mais vantagem os seus dotes e incontestavel talento, e em que mais agrada ao publico.

Somos admiradores das qualidades da sr.ª Maria Henriqueta — pedimos-lhe que veja nestes conselhos interesse pelo progresso da sua arte, e sincero desejo de que a sua vida d'artista seja cheia de triumphos.

O theatro esteve muito concorrido.

(J. P.)

Doença.—O sr. conselheiro Antonio Luiz de Seabra retirou-se temporariamente de Lisboa por cauza das sezões de que fora nestes ultimos dias acommettido. Está na sua caza da Bairrada, e talvez volte a tomar parte nos trabalhos parlamentares se se restabelecer a tempo que as camaras estejam ainda abertas.

Exportação.—Na sexta feira embarcaram no Porto a bordo de um vapor inglez 120 bois para os portos d'Inglaterra.

Quatro d'um parto.—Na cidade de Sancto Amaro (Bahia) uma senhora deu á luz de um só parto quatro creanças. Todas morreram poucas horas depois de nascerem. A mãe tambem succumbio.

Exposição Industrial.—O jury da exposição industrial da cidade do Porto está composto da seguinte fórma:

Presidente — Visconde de Lagoaça.

1.º Grupo — Joze Medina da Costa Peixoto — Guilherme Wilby — Roberto Wanzeller — Joze Alves Moreira de Barros — dr. Luiz Antonio Pereira da Silva.

2.º Grupo — Gustavó Adolpho Gonçalves de Souza — Joze Joaquim Rodrigues de Freitas — Joze Parada e Silva Leitão — Joaquim Torquato Alvares Ribeiro — e dr. Francisco de Salles Gomes Cardozo.

3.º Grupo — Joaquim de Santa Clara Souza Pinto — Lourenço Joze de Oliveira Basto — Anthero Albano da Silveira Pinto — Felix da Fonseca Moura — Antonio Bernardino d'Almeida — e dr. Joze Pereira Reis.

4.º Grupo — João Joze de Soiza Magalhães — Albano Abilio Andrade — Manoel Maria da Costa Leite — Luiz Pereira da Fonseca — e F. de Paula Lobo d'Avila.

5.º Grupo — Thomaz Nunes da Cunha — Joze Balthazar Rodrigues Pereira — Luiz Joze Nunes — Luiz Joze Ferreira Junior — e Francisco Pinto Barboza.

6.º Grupo — Vicente Joze Carvalho Vieira — Domingos Manoel Barboza Brandão — Jeronymo Philippe Simões — Joze Duarte dos Reis — Bento Rodrigues de Faria — e Antonio Botelho Pinto.

7.º Grupo — Joze Antonio Jorge — João Corrêa — Manoel Ferreira — João Pinto da Costa — Antonio Joze Rodrigues Godinho — Manoel Joze de Souza Ferreira — João Marques de Almeida — Bartholomeu Joze Ribeiro — e Antonio Joze Moreira.

8.º Grupo — Manoel Joze Carneiro — Raymundo Joaquim da Costa — conselheiro João Baptista Ribeiro — Manoel da Fonseca Pinto — e Horacio Aranha. (Braz Vizana.)

CORREIO

LISBOA 14 DE JULHO.

(Do nosso correspondente.)

A camara não teve coragem para perseverar nas disposições altaneiras, e brutae de que deo exemplo na votação sobre a resposta ao discurso da coroa. Hontem curvou-se á opinião publica, e o seu procedimento deo a medida do remorso, e da vergonha que a pungiam. Estava decido pela maioria que o orçamento fosse discutido por ministerios, quer dizer, que não houvesse discussão de orçamento.

A primeira destas duas rezoluções, equivalia sem duvida á segunda; porque é vizivel que o exame da despeza publica, em tão grossas cifras, como são as despendidas em cada ministerio, seria inefficaz, senão fosse impossivel.

A prerogativa parlamentar, a respeito da do-tação e exame da despeza publica, foi sempre zelada pelo antigo partido de Setembro, e sobre a intelligencia, e limites desta prerogativa, deo elle as mais nomeadas batalhas, e alcançou as mais memoraveis victorias.

Era por tanto mais uma apostazia a portença de restringir o voto parlamentar sobre a despeza publica, e a maioria da camara tremêo de afrontar mais uma vez os seus precedentes historicos, e mostrar-se ao publico sem consciencia nem decoro.

O sr. Avila que estava presente á sessão vio que o grosso dos seus parciaes vacillava, e com desusada docilidade, promovêo que fossem adoptadas as propostas da opposição.

Essas propostas consistiam em que o orçamento fosse discutido pelo menos, capitulo por capitulo.

Vencido este ponto a discussão tomou o seu andamento ordinario, e chegará provavelmente ao fim sem incidente notavel.

Lisboa continua agitada com o assumpto das irmãs de caridade, e com o debate que occasionou na camara.

A profissão da irmã da caridade que se devia fazer em Bemfica, não terá lugar; dizem que el-rei fôra pessoalmente pedir a sua tia que desistisse daquelle propozito, e acrescenta-se que o ministro da justiça fora em caracter official falar a sua alteza sobre o mesmo assumpto.

O que é certo é que a professanda teve ordem para ir para Pariz, e que um destes dias embarca para a França.

Toda a manifestação contra os intuitos lazaristas é proveitosa, e se a opinião publica não tivesse sido tão susceptivel, e tão perseverante contra as primeiras tentativas da evazão juzuitica, ninguém sabe aonde teriamos chegado.

Os estabelecimentos de educação em que estão as irmãs da caridade são mantidos e sustentados com luxo, que affronta outros estabelecimentos organizados para o mesmo fim; e este luxo, alem de excitar uma rivalidade impropria nos empenhos de caridade, dá á imaginação e á educação das crianças uma direcção opposta aos destinos que ellas podem vir a ter na vida.

A caridade oppulenta que está concentrada em Lisboa, não busca os maiores soffrimentos e miserias, mas prefere as que são mais apadrinhadas, e as que prestam occasião a uma beneficencia que seja ao mesmo tempo entretenimento, vaidade, e capicho.

Senão fôra assim os immensos e variados cazos de indigencia, senectude, orfandade, molestia, e abandono de que as provincias tem vista quotidiana, teriam excitado, primeiro que tudo a sensibilidade destas almas christãs, e os padres lazaristas em vez de fazerem excursões ás provincias para consternar familias, e adquirir bens da terra, como estão fazendo, iriam examinar, e graduar as necessidades de tanta gente desvalida, para distribuir os soccorros temporaes, e espirituaes, segundo a urgencia dellas.

Não fazem assim; para lá não ha collegios, nem bons leitões, nem comidas abundantes, nem vizitações continuadas, nem beneficios, nem subscrições. A caridade aqui está levantada em questào, e partido, e tudo isto lhe dá um atractivo mundano, que a gente verdadeiramente caridosa, não pode deixar de aborrecer.

Os partidos e as influencias politicas agitam-se, e é indubitavel que se está fazendo uma grande incubação de ideias, e de deznignios, cujos effeitos não podem ser previstos, mas a que a situação, tal como está, não poderá resistir.

Entretanto os que por aqui não tem o espirito prezo com estes e outros pensamentos, e que revendo as contas da vida acham que ella é um pessimo negocio; vão-se resolvendo a pôr ponto em todas as transações, e a retirarem-se ao cemiterio.

Assim o fizeram os seguintes sugeitos, e pelo seguinte modo:

Um brasileiro com um tiro na cabeça; tinha morpheia, e a molestia estava muito adiantada. Um padeiro lançando-se da muralha de S. Pedro d'Alcantara abaixo — ignora-se o motivo deste suicidio.

Um caixeiro do Silles Coutinho, pelo mesmo modo; diz-se que tinha um pequeno alcance na loja do patrão.

Finalmente um dos srs. MOUCHETS, do caracol da Graça.

Parece que está já á segunda tentativa, e basta esta circumstancia para tirar todo o interesse á investigação das razões de o levaram a tal excesso; é de certo mania, senão foi pouca paciencia para supportar a vellice, porque tinha boa carga d'annos.

Lisboa começa a despovoar-se, partindo para o campo todas as familias, e almejando os deputados pelo dia em que possam ter igual fortuna.

EXTERIOR

Como os ultimos telegrammas encerram pouco interesse, e carecemos d'espaco nas columnas deste numero, daremos apenas um resumido extracto das noticias estrangeiras.

Os jornaes da Italia dizem que as declarações de Ricasoli no seu ultimo discurso acerca de Veneza tinham causado certa sensação; que se julgava que elle tinha contado muito com os acontecimentos do futuro, e que havia comprometido a responsabilidade da França.

Alguns jornaes entendem que Ricasoli no seu discurso quiz dar a entender que o governo de Turim, proclamando os seus direitos á posse de Veneza, esperará para os fazer valer, a primeira occasião que se offereça, e para essa occasião remette as eventualidades do futuro, e não para uma eventualidade precisa e permanente.

O reconhecimento de Italia por a França vae produzindo as suas consequencias naturaes. Como as cidades de Florença e de Napoles pelo facto do reconhecimento deixam de ser consideradas por a França como capitães do estado, o governo imperial vae instituir nellas consules geraes.

Os jornaes de Turim dizem que um dos primeiros actos do novo sultão foi o reconhecimento do reino italiano, e deo grande importancia politica e commercial a este facto, porque a Italia é uma das regiões, que tem mais relações commerciaes com a Turquia.

As noticias de Berlim dizem que ha negociações entabuladas entre a Prussia e a Russia á

cerca do reconhecimento do reino da Italia, e julga-se que este fosse verificado por as duas potencias ao mesmo tempo.

Lê-se no jornal de Verona o seguinte: a Austria está disposta a reconhecer o reino da Italia debaixo das seguintes condições: 1.ª—Victor Manuel renunciará todas as suas possessões excepto as antigas provincias da Lombardia;—2.ª—será reconhecido o poder temporal do papa até ás margens do Pó. S. Santidade será indemnizado das despesas extraordinarias, que tem feito; e alcançado o seu perdão, serão revogadas todas as leis, que se referem aos negocios ecclenasticos;—3.ª—serão indemnizados e reintegrados no poder os Duques, e o Rei de Napoles, 4.ª e ultima será extinto o partido revolucionario exilando os seus chefes, dispersando os seus adeptos, e chamando ao poder individuos do partido conservador; sendo necessario para isso dissolver o senado, o concelho de Estado, e todas as corporações que se organisaram para sustentar a politica do dia.

Em França o *tribunal imperial*, confirmou a sentença, que declara nullo o casamento do finado principe Jeronimo Bonaparte com Miss Paterson.

A *Opinione* de Turim desmente a noticia, que ultimamente havia corrido da evacuação pelas tropas francezas de Vitorbo e Cirita Castellá.

Pouco importantes são as noticias que á ultima hora nos dá o Correio, e o paquete inglez. O imperador Napoleão partiu para os banhos de Vichy depois de ter recebido officialmente em Fontainebleau o Conde Arese, embaixador extraordinario de Victor Manoel. Primeiro foi a Pariz, mas pouco ali se demorou.

Mr. do Lagueroniere, o autor do celebre folheto—França, Roma, e Italia—e do não menos celebre—O papa e o congresso—foi nomeado senador. Pereigny regressou de Londres, tomando outra vez conta da pasta do interior, que estava interinamente confiada a Mr. Billaut.

Concluiremos dando parte da repentina morte d'um nobre austriaco—o barão de Krauzs, ex-ministro da justiça, e vice presidente da camara dos nobres.

COMMERCIO

Mercado d'Estorreja no dia 14 de julho

Trigo	760 a 780
Feijão branco grosso	500 a 520
Dito laranja	520
Dito branco miudo	440 a 460
Dito amarello	420 a 440
Dito vermelho	» a »
Dito fradinho	340 a 360
Milho	370 a 390
Centeio	360 a 370
Cevada	300 a 310

MOVIMENTO DA BARRA Aveiro 12 de julho. ENTRADAS.

PORTO. — Hiate *Tricano*, mestre Antonio Izidoro Sarrão, em 2 dias, 8 pessoas de tripolação; vazio.

VIANNA. — Hiate *Liberdade*, mestre Venancio Antunes, em 2 dias, 5 pessoas de tripolação; traz milho.

POVOA. — Hiate *Novo Atravido*, mestre Manuel Marques, em 2 dias, 6 pessoas de tripolação; vazia.

EM 13

PORTO. — Hiate *União*, mestre José da Rocha, em 2 dias, 7 pessoas de tripolação; vazio.

VILLA DO CONDE. — Hiate *Nova União*, mestre João Fernandes Mano; em 2 dias, 7 pessoas de tripolação; vazio.

IDEM. — Cabique *Perola do Vouga*, mestre Miguel Vicente, em 2 dias, 7 pessoas de tripolação; lastro.

CEZIMBRA. — Cabique *Conceição Feliz*, mestre José d'Andrade, em 3 dias, 7 pessoas de tripolação; traz sardinha.

ANNUNCIOS

No dia 21 de Julho corrente ha-de ter logar no Tribunal judicial desta cidade, pelas 11 horas da manhã, á arrematação dos bens moveis e de raiz pertencentes aos orphãos filhos de José Naia Sardo, comprehendendo um barco, alguma roupa, trastes de casa, e um predio de casas sitas na rua de S. Bartholomeu, avaliadas em 160\$000 reis.—É escrivão Moraes. (1)

Vendem-se no escriptorio de Pereira & Filho, rua dos Mercadores n.º 9 pezos do novo systema em series de 20 kilogramas até ½ hectogramas a 3\$000 rs. cada serie. 2

Tendo-se exgotado a tiragem do 1.º numero d'este jornal, quem tiver exemplares d'elle, e os queira vender, na administração d'este jornal se compram a 80 reis cada um. 3

RESPONSÁVEL.—Manoel Cypriano da Silveira Pimentel.

Typographia do Districto d'Aveiro.